

**TERMO ADITIVO: TERCEIRO****CONTRATO Nº.: 015/2018 -TCM****PARTES:** TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM e a Empresa **PRINT SOLUTIONS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS LTDA-ME.****OBJETO DO ADITIVO:** ~~prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses.~~**VALOR GLOBAL DO ADITIVO:** ~~R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).~~**DATA DA ASSINATURA:** 31 de julho de 2020.**VIGÊNCIA DO ADITAMENTO:** ~~02 de agosto de 2020 a 01 de agosto de 2021.~~**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ~~03101.01.122.1454.8559 – Operacionalização da Gestão Administrativa. Fonte: 0101- Elemento de Despesa: 339039.~~**LICITAÇÃO:** ~~Pregão Presencial nº 2018/09/TCMPA.~~**ORDENADOR RESPONSÁVEL:** ~~Conselheiro Presidente FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO.~~**FORO:** ~~Da cidade de Belém, Estado do Pará.~~**CNPJ DA CONTRATADA:** ~~nº 07.928.901/0001-97.~~**ENDEREÇO DA CONTRATADA E CEP:** ~~Avenida Alcindo Cacela, nº 350, Bairro do Umarizal, CEP: 66.065-217, telefone: 3249-5437~~**Protocolo: 33113****PORTARIA** **Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP****PORTARIA Nº 382 DE 06 DE AGOSTO DE 2020.**

EMENTA: DISCIPLINA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR, NO ÂMBITO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 15, inciso I, da LC n.º 109/2016 c/c art. 56, incisos IX, XXVI, do RITCMPA; e,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o programa de estágio no âmbito do TCM PA, aos termos da Lei nº 11.788/2008;

RESOLVE:

Art. 1º. Disponibilizar vagas para realização de estágios obrigatório e não obrigatório no âmbito do TCM PA,

exclusivamente para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino médio e superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Art. 2º. O estágio será formalizado mediante celebração de Termo de Compromisso, firmado entre o TCM PA, a instituição de ensino e o estudante ou seu representante legal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica facultado ao TCM PA a celebração de convênio quando esta for formalidade exigida pela instituição de ensino, mantendo-se, em qualquer hipótese, a obrigatoriedade da assinatura de termo de compromisso.

Art. 3º. As vagas estarão disponíveis nos seguintes quantitativos máximos:

I - 20 (vinte) vagas para estudantes do nível médio;

II - 100 (cem) vagas para estudantes do nível superior de graduação; e

III - 12 (doze) vagas disponíveis para os cursos de especialização, mestrado e doutorado.

§ 1º- Fica assegurado 10% (dez por cento) do total das vagas ofertadas para estudantes portadores de necessidades especiais.

§2º - Ao servidor do TCM PA que estiver cursando nível superior em relação ao qual for obrigatória a realização de estágio, será concedida vaga mediante requerimento à Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, independente de processos seletivo, com carga horária mínima de 04 (quatro) horas semanais, a serem distribuídas a critério da chefia do setor no qual estiver exercendo suas atividades, o qual não fará jus à percepção de bolsa remuneratória ou outra vantagem, sem prejuízo do exercício das atividades funcionais inerentes ao cargo ocupado e da jornada diária de trabalho.

Art. 4º. Ao estagiário será concedido:

I - auxílio-transporte em valor mensal correspondente aos dias úteis nos quais realizar-se-á atividade de estágio;

II - bolsa-estágio mensal;

III - auxílio-alimentação;

IV - seguro contra acidentes pessoais, exceto quando já contratado pela instituição de ensino;

V - recesso, cujo gozo dar-se-á durante as férias escolares, preferencialmente no mês de dezembro, em concomitância com o recesso do TCM PA, da seguinte forma:

a) de 30 (trinta) dias, após o decurso de 1 (um) ano;

www.tcm.pa.gov.br

Consulte via leitor de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



@tcmpara

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

b) proporcionalmente, se a duração do estágio for inferior a 1 (um) ano.

Art. 5º. A jornada de atividade em estágio de estudantes dos níveis médio e superior não será superior a 30 (trinta) horas semanais, devendo ser observado:

I - a compatibilidade da carga horária semanal com o horário escolar do estudante;

II - a obrigatoriedade de redução da carga horária do estágio a pelo menos a metade, nos períodos de avaliações periódicas ou final pela instituição de ensino, de acordo com ajustamento do estagiário com a chefia do setor no qual estiver exercendo suas atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO – A redução da carga horária do estágio, fica condicionada à apresentação pelo estagiário, do calendário de programação emitido pela instituição de ensino, ao chefe do setor no qual estiver exercendo suas atividades.

Art. 6º. É facultado ao estagiário de nível superior optar pela jornada de atividades diária com 4 (quatro) horas ou 6 (seis) horas.

Art. 7º. A bolsa-estágio mensal será concedida em conformidade com a jornada de atividade em estágio, nos seguintes valores:

I - aos estudantes de nível médio no valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), por jornada diária de 4 (quatro) horas;

II - Aos estudantes de nível superior nos cursos de graduação:

a) R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, por jornada diária de 4 (quatro) horas;

b) R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, por jornada diária de 6 (seis) horas;

III - Aos estudantes dos cursos de pós-graduação no valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por jornada de 4 (quatro) horas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não haverá prejuízo do pagamento de bolsa-estágio no recesso do estagiário ou no recesso do TCMPA.

Art. 8º. O prazo de vigência do estágio terá o prazo máximo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único – Excepcionalmente o estágio poderá ter prazo de vigência superior a 2 (dois) anos, quando se tratar estudantes com necessidades especiais, podendo estender-se até a conclusão do curso.

Art. 9º. É de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP:

I - a gestão do programa de estágio;

II - a realização da seleção dos estudantes;

III - a formalização do termo de compromisso;

IV - o acompanhamento da realização das atividades do estagiário;

V - a manutenção do relacionamento do TCMPA com a instituição de ensino;

VI - zelar pelo cumprimento das normas legais, das obrigações e condições estabelecidas no termo de compromisso.

VII - fornecer ao estudante, ao final do estágio, independente de requerimento, o “termo de estágio” contendo relatório sucinto das atividades por ele desenvolvidas e o(s) setor(es) correspondente(s), com os períodos cumpridos e respectiva carga horária.

Art. 10. Compete à Diretoria de Administração a adoção das providências para contratação de seguro contra acidentes pessoais, fornecimento auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos estagiários, bem como, a elaboração dos termos de convênio ou de cooperação, se houver.

Art. 11. Os critérios de seleção dos estudantes, o disciplinamento da supervisão dos estagiários e outros estão estabelecidas no Anexo I desta portaria.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Presidente/TCMPA

ANEXO I (PORTARIA Nº 382/2020)

Este anexo complementa as disposições contidas na Portaria nº 382/2020, sem prejuízo da obrigatoriedade de observância ao inteiro teor da Lei nº. 11.788/2008 e demais normas correlatas.

CAPÍTULO I

DA ADMISSÃO DE ESTUDANTES À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º. Para admissão à realização de estágio no TCMPA o estudante deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:



- I - ter idade mínima de 16 (dezesesseis) anos;
- II - estar regularmente matriculado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;
- III - ter o curso reconhecido ou autorizado pelo órgão oficial competente;
- IV - ter horário escolar compatível com o expediente do TCMPA;
- V - comprovar o cumprimento de, pelo menos, 40 % (quarenta por cento) da carga horária total do curso;
- VI - comprovar rendimento escolar com notas não inferiores a 7,0 (sete) ou conceito correspondente;
- VII - apresentar laudo médico em original ou cópia autenticada, expedido em prazo não superior a 90 (noventa) dias anteriores à sua apresentação ao TCMPA, quando se tratar de portadores de necessidades especiais, devendo constar seu enquadramento na previsão do art. 4º e seus incisos, do Decreto n.º 3.298 de 20/12/1999 e suas alterações;
- VIII - apresentar, os seguintes documentos:
 - a) cédula de identidade;
 - b) CPF;
 - c) comprovante de residência;
 - d) histórico acadêmico ou escolar emitido pela instituição de ensino;
 - e) encaminhamento para o estágio da instituição de ensino;
 - f) comprovante de quitação com as obrigações militares, se estudantes do sexo masculino e maiores de 18 (dezoito) anos;
 - g) comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, se maiores de 18 (dezoito) anos;
 - h) atestado médico, comprovando aptidão clínica para realização do estágio.

CAPÍTULO II

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 2º. A supervisão das atividades do estagiário no âmbito do TCMPA será exercida pela chefia do setor no qual estudante estiver exercendo suas atividades, ou por servidor que vier a ser designado, a quem competirá as seguintes atribuições em relação aos estagiários:

- I - verificação da existência de correlação entre as atividades desenvolvidas e aquelas exigidas pela instituição de ensino;
- II - acompanhamento das atividades que estiverem sendo realizadas;

- III - orientação acerca dos aspectos comportamentais e atividades a serem desenvolvidas;
 - IV - controle da frequência para que seja cumprida a carga horária preestabelecida no termo de compromisso;
 - V - encaminhamento à Diretoria de Gestão de Pessoas, até o 5º dia útil do mês subsequente, o deferimento das solicitações de abonos pelo sistema e-DGP;
 - VI - elaboração, a cada 6 (seis) meses de estágio, relatório de atividades desenvolvidas, com ciência do estagiário para encaminhamento à Diretoria de Gestão de Pessoas;
 - VII - solicitação à Diretoria de Gestão de Pessoas, do desligamento do estagiário, com a devida justificativa e fundamentação;
 - VIII - avaliação do desempenho a cada 06 (seis) meses e por ocasião do desligamento, com ciência do estagiário, para encaminhamento à Diretoria de Gestão de Pessoas.
- PARÁGRAFO ÚNICO** - Ficam impedidos de exercer a supervisão os servidores que com o estagiário possuam relação de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau.

CAPÍTULO III

DA SOLICITAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Art. 3º. É requisito para solicitação de estagiários, que os setores interessados tenham condições de oferecer estágios com qualidade pedagógica e que se configurem como oportunidades de complementação profissional, na área de formação do aluno.

Art. 4º. Os setores interessados devem submeter requerimento à DGP, contendo:

- a) a justificativa da solicitação da vaga;
- b) a área de atuação do estagiário; e
- c) as contribuições do estágio para a formação profissional do aluno.

CAPÍTULO IV

DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 5º. O ingresso do estudante no programa de estágio far-se-á mediante celebração de Termo de Compromisso (Anexo II) firmado em três vias, entre o TCMPA, a instituição de ensino e o estudante.

Parágrafo único – Quando se tratar de estudante menor de 18 (dezoito), o mesmo deverá ser assistido por seu responsável legal, mediante leitura e assinatura do termo de compromisso.



Art. 6º. Termo de Compromisso deverá conter:

- I - a qualificação do órgão concedente, da instituição de ensino e do estudante;
- II - a identificação do curso e do nível acadêmico do estudante;
- III - indicação expressa quando o estágio decorrer de convênio ou acordo de cooperação;
- IV - o valor da bolsa-estágio;
- V - a previsão e forma de concessão de auxílio-transporte;
- VI - a previsão e forma de concessão de auxílio-alimentação;
- VII - carga horária semanal compatível com o horário escolar;
- VIII - prazo de vigência do estágio;
- IX - condições de desligamento do estágio;
- X - indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.
- XI - previsão de que o estágio não acarreta vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública, nem estende ao estagiário quaisquer direitos ou vantagens asseguradas aos servidores públicos.

CAPÍTULO V

DA VIGÊNCIA E DA RENOVAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º. O estágio terá vigência máxima de 2 (dois) anos, podendo ser pactuado por 1 (um) ano ou por prazo inferior e, em qualquer hipótese, prorrogado por igual período, uma única vez.

§ 1º. O prazo de vigência do estágio concedido a portadores de necessidades especiais poderá exceder o prazo de 2 (dois) anos.

Art. 8º. São condições para a prorrogação do estágio, que o estudante:

- I - obtenha resultado satisfatório na avaliação de desempenho realizada pelo TCMPA; e
- II - comprove continuar regularmente matriculado na instituição de ensino e com frequência e desempenho regulares.

CAPÍTULO VI

DOS DEVERES E VEDAÇÕES AO ESTAGIÁRIO

Art. 9º. São deveres do estagiário:

- I - cumprir as normas internas do TCMPA;

II - cumprir a programação do estágio constante do plano de atividades do estagiário, com a realização das tarefas que lhe forem atribuídas por seu (sua) supervisor(a);

III - registrar sua frequência diariamente, fazendo constar o horário de entrada e o de saída, bem como o total de horas estagiadas;

IV - comunicar por escrito ao (à) seu (sua) supervisor(a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a desistência do estágio ou quaisquer outras alterações relacionadas à atividade escolar, para que encaminhe a solicitação à Diretoria de Gestão de Pessoas;

V - portar nas dependências do TCMPA, documento de identificação funcional fornecido pela Diretoria de Gestão de Pessoas;

VI - encaminhar à Diretoria de Gestão de Pessoas, ao final do período letivo, declaração de matrícula para o período seguinte, expedida pela instituição de ensino conveniada, comunicando, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o seu eventual desligamento da mesma instituição de ensino;

VII - apresentar à instituição de ensino, a cada 6 (seis) meses, o relatório das atividades desenvolvidas, devidamente assinado por seu supervisor;

VIII - conhecer e cumprir os termos do termo de compromisso, deste anexo e da Cartilha do Estágio disponibilizada pelo TCMPA.

Art. 10. É vedado ao estagiário:

- I - utilizar papéis com timbre do TCMPA para atividades estranhas à realização do estágio;
- II - ausentar-se do serviço, durante o expediente, sem prévia autorização de seu(sua) supervisor(a);
- III - cobrar e/ou receber vantagem de qualquer natureza, a qualquer título e sob qualquer pretexto, utilizando-se de sua condição de estagiário do TCMPA;

Art. 11. O ato de transgressão às obrigações e vedações previstas nos artigos anteriores, importará no desligamento do estagiário e no impedimento de posterior admissão.

CAPÍTULO VII

DA JORNADA DE ATIVIDADES

Art. 12. A jornada das atividades em estágio será de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, formalizada por meio de opção do estagiário, distribuídas,



respectivamente, em 4 (quatro) ou 6 (seis) horas diárias, dentro do horário do expediente do TCM PA, sem prejuízo das atividades discentes.

§ 1º. É vedada a realização de carga horária superior à prevista no caput deste artigo.

§ 2º. Nos períodos de avaliação acadêmica, devidamente informados pela instituição de ensino, a carga horária diária do estágio será reduzida para a metade, objetivando garantir o bom desempenho acadêmico do estudante, com horários previamente acordados com seu(sua) supervisor(a).

§ 3º. O estagiário, já inserido no programa que cumpre carga horária de 6 (seis) horas, que comprovar a necessidade de realizar disciplina do respectivo curso em horário coincidente com o do estágio, terá a jornada de atividades e bolsa-auxílio reduzidas para 4(quatro) horas a serem cumpridas no horário e forma estabelecido por seu(sua) supervisor(a).

CAPÍTULO VIII DO RECESSO REMUNERADO

Art. 13. O estagiário terá direito a recesso durante as férias escolares, preferencialmente no mês de dezembro, em concomitância com o recesso do TCM PA, a ser solicitado pelo sistema DGP, cujo gozo dar-se-á da seguinte forma e prazo:

a) concessão de 30 (trinta) dias, após o decurso de 1 (um) ano;

b) concessão de número de dias, proporcional ao período do estágio efetivamente realizado, conforme o caso, quando a duração do estágio for inferior a 1 (um) ano.

§ 1º. A fruição do recesso não poderá exceder o prazo do estágio previsto no termo de compromisso, devendo seu gozo, integral ou proporcional, conforme o caso, ocorrer, obrigatoriamente, até o último mês do estágio.

§ 2º. Na hipótese de ocorrer desligamento por iniciativa do estagiário ou por decisão do TCM PA em decorrência da prática de conduta incompatível com a ética, a moralidade ou a urbanidade, não será devida a concessão de recesso para gozo ou indenização correspondente em pecúnia.

§ 3º. O gozo do recesso poderá ser fracionado, a pedido do estudante e desde que autorizado pela DGP, por períodos de 10, 15 ou 20 dias.

CAPÍTULO XIII DAS LICENÇAS E AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Art. 14. Será permitido ao estagiário ausentar-se nas situações e prazos seguintes:

I - em decorrência de doença que o impossibilite comparecer ao estágio, pelo prazo estabelecido no atestado médico;

II - em razão de falecimento do cônjuge ou companheiro, dos pais, da madrasta ou padrasto, dos filhos, enteados, de menor sob guarda ou tutela e de irmãos, por 08 (oito) dias consecutivos;

III - em virtude de requisição da Justiça Eleitoral durante os períodos de eleição, na forma do art. 9.504/97, pelo dobro dos dias de convocação;

IV - por motivo de apresentação para alistamento militar e seleção para o serviço militar, por 01 (um) dia;

V - para doação de sangue, por 01 (um) dia;

VI - em razão de convocação para composição de Tribunal do Júri, pelo período requerido pelo Magistrado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de falta justificada pelos motivos acima referidos, a comprovação será feita mediante apresentação de documento comprobatório, em via original, que será digitalizada na DGP e anexado à solicitação online pelo sistema e-DGP; devidamente ratificada pelo serviço médico do TCM PA, no caso de atestado médico.

Art. 15. O estagiário poderá solicitar autorização pelo sistema e-DGP para participação em congressos, seminários e outros congêneres na área de formação com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, anexando à solicitação o folder e a comprovação da inscrição, cuja liberação ficará a critério do(a) seu(sua) supervisor(a), comprometendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a realização do evento, a apresentar o certificado, bem como, a compensar os dias de ausência no período, sob pena de imputação de falta.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a liberação para o fim de que trata este artigo, se não houver tempo hábil para compensação dentro da vigência do termo de compromisso.

CAPÍTULO XIV DA BOLSA-ESTÁGIO

Art. 16. O valor mensal a ser pago a título de bolsa-estágio será calculada com base na frequência mensal, subtraídas as faltas, atrasos e saídas antecipadas não justificadas.



§ 1º - Para crédito da bolsa-estágio e auxílio-transporte, que ocorrerá até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, o estudante ao ingressar no programa deverá informar os dados bancários de conta-corrente de sua titularidade.

§ 2º - Na hipótese de o estudante não possuir conta bancária, a Diretoria de Gestão de Pessoas fornecerá a documentação necessária que possibilite sua abertura.

CAPÍTULO XV DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

Art. 17. Será concedido ao estagiário auxílio-transporte em valor mensal correspondente aos dias úteis nos quais houver atividade de estágio calculado com base no valor da tarifa do transporte público urbano vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão descontados do auxílio-transporte os dias relativos a faltas, justificadas ou não.

CAPÍTULO XVI DO SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS

Art. 18. Todos os estagiários terão cobertura de seguro de acidentes pessoais, cabendo ao TCMPA a responsabilidade pelo pagamento do respectivo prêmio.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excetuados os estagiários que tiverem seguro contratado pela instituição de ensino, informação que deve constar expressamente do termo de compromisso.

CAPÍTULO XVII DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

Art. 19. O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - automaticamente, ao término do prazo de vigência do termo de compromisso;

II - em razão da ausência não justificada por 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados dentro do mesmo mês, hipóteses que caracterizarão abandono do estágio;

III - pela interrupção e/ou conclusão do curso;

IV - na hipótese de troca e/ou transferência de instituição de ensino ou curso;

V - a pedido do estagiário, por meio de termo de desistência antecipada;

VI - por interesse e conveniência do TCMPA, exceto na hipótese de estágio obrigatório;

VII - pelo descumprimento de qualquer cláusula do termo de compromisso;

VIII - por rendimento abaixo de 70% (setenta por cento) nas avaliações de desempenho a que for submetido;

IX - em razão da prática de conduta incompatível com a ética, a moral e a urbanidade.

CAPÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A DGP será responsável pela elaboração do termo de compromisso e seus aditivos, bem como por manter atualizados os registros e documentos que comprovem a relação de estágio.

Art. 21. À renovação dos termos de compromisso já vigentes, a partir da publicação da presente portaria, aplicam-se as disposições nela estabelecidas.

Art. 22. Compete à Presidência do TCMPA ou, por delegação, à Diretoria de Gestão de Pessoas, dirimir as dúvidas suscitadas em relação as disposições desta Portaria.

Art. 23. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 0914/2018.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Presidente/TCMPA

ANEXO II (PORTARIA Nº 382/2020)

COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº XX/20XX/TCMPA

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO - TCE, o CONCEDENTE, TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ-TCMPA, CNPJ nº....., neste ato representado por seu Presidente, o ESTAGIÁRIO (A), estudante doº ano do do nível médio/º semestre/período do(curso superior)....., do turno da tarde/noite, matrícula nº.....,(estado civil)....., portador da carteira de identidade nº...../PC/..., CPF nº....., residente e domiciliado na, nesta cidade,



CEP com interveniência da(INSTITUIÇÃO DE ENSINO), CNPJ nº., situada na, nesta cidade, CEP, neste ato representado(a) por seu(sua) Reitor(a)/Diretor(a),, em conformidade com a Portaria nº 382/2020/TCMPA e a Lei nº 11.788/2008, entre si acordam as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – O compromisso de estágio ora firmado terá vigência de, com início eme término em, podendo ser renovado por igual período.

CLÁUSULA 2ª – O (A) Estagiário(a) cumprirá jornada de horas semanais e realizará suas atividades no horário de ...horas àshoras.

CLÁUSULA 3ª – Fica estabelecida a concessão ao ESTAGIÁRIO pela CONCEDENTE de:

I - Bolsa-estágio no valor mensal de R\$.....(.....), sobre a qual somente incidirá desconto relativo à faltas e atrasos não justificados;

II - Auxílio-transporte em valor mensal correspondente aos dias úteis nos quais houver atividade de estágio.

III - Auxílio-alimentação no valor de R\$ (.....)

IV- Seguro contra acidentes pessoais;

V - Recesso remunerado recesso de 30 (trinta) dias ou proporcionalmente ao período, quando o estágio tiver prazo inferior a 1 (um) ano, a ser gozado durante suas férias acadêmicas, preferencialmente no mês de dezembro, coincidindo com o recesso do CONCEDENTE;

VI - Redução da carga horária do estágio pelo menos à metade nos dias de avaliações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração original emitida pela (.....INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....)

CLÁUSULA 4ª – São deveres do(a) Estagiário(a):

I - Cumprir integralmente as normas e os regulamentos internos do CONCEDENTE, respondendo por sua inobservância por perdas e danos materiais e morais, quando constatados, resultando na rescisão do presente TCE;

II - informar de imediato e por escrito ao CONCEDENTE qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula na (.....INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....), bem como reconhece ser responsável por quaisquer despesas e consequências causadas pela falta desta informação;

III - apresentar o comprovante de matrícula e o histórico acadêmico a cada início de semestre letivo.

CLÁUSULA 5ª – São obrigações do CONCEDENTE:

I- manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

II - enviar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao(à) Estagiário(a);

III - emitir por ocasião do desligamento do estagiário, independente de requerimento, Termo de Realização do Estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, o(s) respectivo(s) setor(es) de realização do estágio, o(s) período(s) cumprido(s) e carga horária.

CLÁUSULA 6ª – São responsabilidades da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, as obrigações dispostas na Lei nº. 11.788/2008, em especial:

I - fornecer informações acadêmicas de seus discentes ao CONCEDENTE quando solicitado, ou quando entender poder haver impacto na manutenção dos termos deste Termo de-Compromisso:

II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III - indicar professor-orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;



- III - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- IV - zelar pelo cumprimento deste TERMO DE COMPROMISSO, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- V - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos; e
- VI - comunicar à parte CONCEDENTE do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

CLÁUSULA 7ª - O(a) Estagiário(a) será submetido à avaliações periódicas pelo(a) Supervisor(a), do aproveitamento rendimento do estágio, que devem ser compatíveis com a natureza do estágio oferecido.

CLÁUSULA 8ª - Ocorrendo a excepcional necessidade do (a) Estagiário(a) realizar qualquer atividade discente durante o horário de expediente neste TCM PA, estas terão de ser comprovadas através de declaração fornecida pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, sob pena de desconto no valor da bolsa-auxílio.

CLÁUSULA 9ª - O(a) estagiário(a) declara conhecer as cláusulas de Direitos, Deveres e Proibições que a ele afetam, constantes na Portaria nº 0360/2020/TCMPA, dentre elas:

- I - observância às normas de trabalho estabelecidas para os servidores do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM PA, especialmente as que resguardam a quebra de sigilo e a veiculação de informações a que tenha acesso na decorrência do estágio;
- II - zelo pelos documentos, instrumentos, materiais, equipamentos e instalações de propriedade do TCM PA;
- III - desempenho eficientemente de todas as funções que lhes forem atribuídas por seu(sua) Supervisor(a).

CLÁUSULA 10 - O presente TCE vigorará a partir da data e sua assinatura, podendo ser cancelado, sem prejuízo das hipóteses previstas na legislação, e/ou em normas e regulamentos internos do TCM PA, nos seguintes casos:

- I - automaticamente, ao término do prazo de vigência do termo de compromisso;
- II - em razão da ausência não justificada por 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados dentro do mesmo mês, hipóteses que caracterizarão abandono do estágio;
- III - pela interrupção e/ou conclusão do curso;
- IV - na hipótese de troca e/ou transferência de instituição de ensino ou curso;
- V - a pedido do estagiário, por meio de termo de desistência antecipada;
- VI - por interesse e conveniência do TCM PA, exceto na hipótese de estágio obrigatório;
- VII - pelo descumprimento de qualquer cláusula do termo de compromisso;
- VIII - por rendimento abaixo de 70% (setenta por cento) nas avaliações de desempenho a que for submetido;
- IX - em razão da prática de conduta incompatível com a ética, a moral e a urbanidade.

Declarando conhecer e se obrigar a cumprir os termos da Portaria nº ____/2020, que regulamenta o **PROGRAMA DE ESTÁGIO** no âmbito do TCM PA, as partes assinam o presente termo em três via de igual teor, para que produza todos os efeitos legais.

Belém, de de 2020.

ESTAGIÁRIO(A)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

PRESIDENTE TCM PA

TESTEMUNHAS:

1ª. _____
LETRA DE FORMA:

2ª. _____
LETRA DE FORMA:



www.tcm.pa.gov.br



@tcmpara

← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE